

2

CAVALCANTE, Sávio A. S.; RODRIGUES, Violeta V.; COAN, Márluce. Sintaxe: articulação de orações. In: LIMA, Álisson H. V.; SOARES, Maria Elias; CAVALCANTE, Sávio A. S. Linguística geral: os conceitos que todos precisam conhecer. Volume 3. 1a. ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020, p. 56-100. <https://www.pimentacultural.com/linguistica-geral-3>

Sávio André de Souza Cavalcante
Violeta Virginia Rodrigues
Márluce Coan

SINTAXE: ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.113.56-100

Resumo:

Este capítulo aborda a articulação de orações em dois eixos: tradição e pesquisa, considerando-se a gramática tradicional (GT) e a pesquisa funcionalista, por meio de resultados advindos de investigações que correlacionam forma-função discursiva. Partimos do conceito etimológico de sintaxe (do grego, organização, construção gramatical) e mostramos que a articulação de orações vem sendo estudada sob várias perspectivas, dentre as quais a funcionalista, cujos pressupostos adotamos. Como os estudos tradicionais não dão relevo à interface entre sintaxe, semântica e pragmática, bem como à variação, à mudança e às pressões do uso sobre a estrutura linguística, discutimos os processos sintáticos de subordinação e coordenação à luz da proposta funcionalista de hipotaxe, parataxe e subordinação, visão que considera a combinação de orações não como um fenômeno discreto, mas escalar/graduado. Por conseguinte, também aludimos a outras formas de estruturação sintática: correlação, justaposição e desgarramento.

Palavras-chave:

Sintaxe; Articulação de orações; Funcionalismo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O vocábulo *sintaxe* pressupõe várias acepções como tantos outros. De tão viva que a língua é, seus termos nunca podem ser analisados fora de um contexto de uso. A palavra, *sintaxe*, portanto, não escapa a isso. Partindo de uma visão macro, vejamos suas acepções apresentadas em Houaiss; Villar (2009):

sintaxe \ss\ s.f. (1699) 1 GRAM parte da gramática que estuda as palavras enquanto elementos de uma frase, as suas relações de concordância, de subordinação e de ordem 2 LING componente do sistema linguístico que determina as relações formais que interligam os constituintes da sentença, atribuindo-lhe uma estrutura 3 GRAM. GENE componente da gramática de uma língua que constitui a realização da gramática universal e que contém os princípios e regras que produzem as sentenças gramaticais dessa mesma língua, pela combinação de palavras e de elementos funcionais (tempo, concordância, afixos etc.) 4 qualquer conjunto de regras sintáticas <a s. de Machado de Assis> <a s. oitocentista> 5 disposição harmoniosa de partes ou elementos <a s. de um quadro>. ETIM gr. *súntaksis*, ε[σ]s 'organização, composição; tratado; construção gramatical' (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1751).

Com origem aproximada do final do século XVII (1699), *sintaxe* apresenta-se com diversas acepções, entre as quais as três primeiras nos interessam imediatamente: (i) para os gramáticos, parte da gramática; (ii) para a linguística geral, um componente do sistema da língua; (iii) para o gerativismo, um componente da gramática universal. Para Houaiss; Villar (2009), a etimologia grega do verbete revela, entre outros sentidos, o de *construção gramatical*, descrição também apontada em Cunha (2010), que apresenta ademais a forma latina *syntaxis*. Bluteau (1728) mostra que o sentido de *construção* remete à noção de disposição ou “ordem das partes da oração” (BLUTEAU, 1728, p. 821).

Tomando por base a acepção que remete à linguística geral, assumimos a premissa de que a *sintaxe* é o componente que atua na codificação das intenções comunicativas e, portanto, não opera de forma autônoma, mas em conjunto e de forma hierárquica com os demais componentes, a saber: a semântica e a pragmática. Desse modo, mostramos nossa vinculação ao ponto de vista funcionalista, cujo pressuposto básico é descrito principalmente em Neves (2004), que retoma Givón (1995) e Dik (1997):

(...) a pragmática é vista como o quadro abrangente no qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é instrumental em relação à pragmática e a sintaxe é instrumental em relação à semântica. Nessa visão, não há lugar para uma sintaxe autônoma (NEVES, 2004, p. 46).

Assim sendo, nessa abordagem, não há como conceber os fenômenos linguísticos separados das situações de uso concreto da língua nem dos propósitos comunicativos dos usuários da língua. No que tange à articulação de orações, foco deste capítulo, temos como premissa básica o fato de que as relações oracionais e suas funções pragmáticas “podem diferir conforme o tipo de discurso, em decorrência dos objetivos discursivos ou funções comunicativas que o falante pretenda alcançar” (DECAT, 1995, p. 19-20). Por isso, os exemplos aqui apresentados/analizados advêm de diversos gêneros, orais e escritos, de *corpora* diversos, inclusive dos trabalhos revisitados/consultados, mostrando que os fenômenos descritos se manifestam em distintas modalidades de uso da língua.

As noções de coordenação e subordinação, no âmbito da gramática tradicional, só são elucidadas nos capítulos referentes ao período composto, não sendo explicitados os processos de coordenação e subordinação que ocorrem também em nível vocabular, conforme ilustramos em (01) e (02), respectivamente, coordenação e subordinação de vocábulos, o que, por vezes, pode gerar ambiguidade, como ocorre em (03), em que são possíveis uma leitura coletiva e uma

leitura distributiva, e em (04), caso no qual a interpretação pode ser a de coordenação de vocábulos ou coordenação de orações. Ainda no âmbito da coordenação, é preciso observar que a identidade funcional requisitada nem sempre ocorre com a mesma identidade formal, como ilustramos em (05).

(01) “Nossa primeira bola de borracha era *branca e pequena*” (BRAGA, 2005, p. 59, grifo nosso).

(02) *A necessidade de capital de giro é função do ciclo de caixa da empresa. Quando o ciclo de caixa é longo, a necessidade de capital de giro é maior e vice-versa. Assim, a redução do ciclo de caixa – em resumo, significa receber mais cedo e pagar mais tarde – deve ser uma meta da administração financeira.*

Fonte: www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/necessidade-capitalgiro.htm.

(03) “Ele avançava sobre mim; mas eu escondi no seio a luneta, e a *tia Domingas e a prima Anica* vieram correndo em meu socorro.” (MACEDO, 2001, p. 137, grifo nosso)¹.

(04) Cite substâncias que *entram e saem* na célula.

Fonte: <https://brainly.com.br/tarefa/20874542> ².

(05) “O filme narra uma noite que muda a vida do anestesista Walter (Ramos), um homem de classe média *entediado e que trabalha* em três hospitais para sustentar a mulher e a filha.”

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1603200907.htm> (grifo nosso).

- 1 Sobre essa questão, explica Neves (1999) que “a coordenação de termos produz habitualmente sentenças ambíguas por permitir tanto a interpretação coletiva quanto a distributiva” (NEVES, 1999, p. 358). Na primeira interpretação, imagina-se que a tia e a prima vieram juntas, ao mesmo tempo; mas, na segunda, somos levados a crer que cada uma veio em momentos diferentes.
- 2 Neste exemplo, na interpretação “cite substâncias que têm a propriedade dupla de entrar e sair da célula”, não seria válida a paráfrase “cite substâncias que entram na célula e cite substâncias que saem da célula”, embora esse dado, em análise tradicional, seja considerado um caso de coordenação de predicados verbais, como explica Neves (1999). Analisando um caso similar, a pesquisadora considera “a possibilidade de tratar a coordenação de verbos e sintagmas verbais como coordenação de termos em orações” (NEVES, 1999, p. 359).

Em (01), coordenam-se os vocábulos *branca* e *pequena*; em (02), o sintagma preposicionado *de capital de giro* complementa o sintagma nominal *necessidade*; em (03), coordenam-se os sintagmas nominais *a tia Domingas* e *a prima Anica*; em (04), coordenam-se os verbos *entram* e *saem*, e, por conseguinte, as orações introduzidas por eles; em (05), há dois modificadores de *homem*, um na forma simples (*entediado*) e outro na forma oracional (*que trabalha*).

Se a articulação de vocábulos envolve questionamentos de natureza diversa, a articulação de orações vai além, por isso, constitui-se foco deste capítulo. Ao tratarmos do tema, deparamo-nos, *a priori*, com quatro problemas analíticos. O primeiro refere-se à classificação dicotômica das orações, com coordenadas de um lado e subordinadas de outro, já que o rótulo *subordinação* se aplica igualmente a articulações ora mais integradas, ora menos integradas: uma subordinada substantiva objetiva direta não tem a mesma natureza de uma oração relativa explicativa ou uma adverbial temporal, por exemplo, se o critério for a dependência delas à principal, como verificamos nos exemplos de (06) a (08). No primeiro, o segmento “que devia guardar seu dinheirinho no banco” é um argumento do verbo da principal, portanto, mais integrado, já em (07) e (08), os trechos “que devem ser descartados prontamente depois do uso” e “sempre quando se vai comprar alguma coisa” são orações que funcionam como adjuntos, respectivamente, do nome e do verbo.

(06) A X lhe disseram *que devia guardar seu dinheirinho no banco* (ANDRADE, 2004, p. 64, grifo nosso).

(07) Também é possível usar lenços, *que devem ser descartados prontamente depois do uso (...)* (FACUNDO, 2020, *online*, grifo nosso).

(08) (...) *sempre quando se vai comprar alguma coisa*, a gente tem o problema de dar uma entrada grande, certo? (NURC-RJ-DID-0084, grifo nosso).

Outro problema é a subdivisão das subordinadas em três grupos – substantivas, adjetivas e adverbiais –, já que nem sempre essas orações são de mesma natureza, ou seja, subordinadas. Por exemplo, no grupo das adverbiais, uma condicional (conforme exemplo 09) seria crucial para a interpretação da principal, já que a contrafactualidade está assentada na relação entre ambas, ou seja, a principal não é factual porque a condição não foi satisfeita. Também, no que tange às orações de tempo, uma temporal “figura” (conforme exemplo 10), seria indispensável à construção discursiva, contribuindo com o fluxo narrativo.

(09)

Ah, se eu soubesse, não andava na rua

Perigos não corria

Não tinha amigos, não bebia

Já não ria à toa (Chico Buarque – Se eu soubesse).

(10) Segundo contava Theo Filho, uma orquestra tocava quando um grupo de argentinos, adeptos do tango portenho, começou a dirigir gracejos aos músicos. (PHM.DOC(26)) (SOUZA, 1996, p. 107, grifo nosso).

Em terceiro lugar, percebemos que as orações são classificadas unilateralmente, embora haja muitos casos de sobreposição analítica, como ocorre, por exemplo, com a temporal a que se soma, por vezes, uma interpretação concessiva, como em (11). No entanto, quando a análise é formal, via significado prototípico de uma conjunção temporal que a articula à principal, analisa-se apenas como temporal.

(11) Isenção de IPVA | Paguei Quando Não Deveria (Despnet.com).

Há, ainda, diversas orações ditas subordinadas que aparecem sozinhas, “desgarradas” da principal, como em (12); outras que estão justapostas, como em (13), e outras correlatas, como em (14), as quais não encontram lugar em algumas classificações, ficando à margem de muitas análises tradicionais/formalistas.

(12)



Conselhos do Padre Fábio de Melo
Costumamos dizer que amigos de verdade são os que estão ao seu lado em momentos difíceis... Mas não! Amigos verdadeiros são os que suportam a tua felicidade! Porque em um momento difícil qualquer um se aproxima de você. Mas o seu inimigo jamais suportaria a sua felicidade!
Padre Fábio de Melo

Fonte: Facebook.

(13)



Fonte: GONÇALVES, 2017, p. 63).

(14)



Fonte: Facebook.

No exemplo (12), a desgarrada (na acepção de DECAT, 1999) *Porque em um momento difícil qualquer um se aproxima de você não constitui com a oração anterior Amigos verdadeiros são os que suportam tua felicidade!* um mesmo período, estando separada dela por ponto final. Em (13), as orações *A água chega e a vida melhora* podem ser consideradas justapostas porque emerge entre as duas uma relação semântico-pragmática de causalidade, informação essa que se perderia se apenas as considerássemos coordenadas assindéticas. Em (14), há duas orações correlatas proporcionais *Quanto mais você se torna uma pessoa melhor e melhores pessoas você atrai* porque a relação que se estabelece entre elas é de interdependência, e não de dependência.

Todas essas observações configuraram as questões de partida para a construção deste capítulo, que objetiva minimizar algumas polêmicas, por considerar a tríade parataxe, hipotaxe e subordinação; a integração entre níveis (morfossintático e semântico-discursivo) e as orações que têm ficado à margem de muitas das produções sobre sintaxe. Para tanto, organizamos este capítulo em três seções: a primeira tem o objetivo de revisitar gramáticas tradicionais para mostrar, de modo panorâmico, o tratamento dado à articulação de orações. Na segunda seção, à luz de pressupostos funcionalistas, apresentamos uma proposta para a análise da articulação que vai além da dicotomia coordenação-subordinação, bem como ampliamos o espectro analítico da articulação para contemplar, dentro dos subtipos de orações (substantivas, adjetivas e adverbiais), integração/dependência e sobreposição de significados. Segue-se a essas, uma seção dedicada à discussão de casos de justaposição, correlação e desgarramento.

REVISITANDO A LITERATURA

Como revisitamos algumas gramáticas tradicionais para refletirmos sobre sua proposta à luz de correntes linguísticas mais recentes, seguiremos a orientação normalmente adotada nesses manuais. Assim, abordaremos apenas o nível interoracional, iniciando nossa incursão por definições que alguns gramáticos de linha tradicional apresentam para a coordenação e a subordinação de orações no âmbito do período composto³.

Quadro 1 – Coordenação e subordinação no âmbito da GT

GRAMÁTICO	MECANISMO DE ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES	
	COORDENAÇÃO	SUBORDINAÇÃO
BECHARA (1987, p. 218-219)	“Chama-se coordenação à sequência de orações em que uma não exerce função sintática na outra.” Ex.: “Ouve e obedece aos teus superiores.”	“Chama-se subordinação à sequência de orações em que uma é um termo sintático de outra.” Ex.: “Não sei se todos disseram que não queriam o brinquedo.”
CUNHA e CINTRA (1985, p. 578-579)	“As horas passam, os homens caem, a poesia fica. Vemos que as três orações são da mesma natureza, pois: a) são autônomas, INDEPENDENTES, isto é, cada uma tem sentido próprio; b) não funcionam como TERMOS de outra oração, nem a eles se referem: apenas, uma pode enriquecer com o seu sentido a totalidade da outra. A tais orações autônomas dá-se o nome de COORDENADAS, e o período por elas formado diz-se COMPOSTO POR COORDENAÇÃO.”	“As orações sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração chamam-se SUBORDINADAS. O período constituído de orações SUBORDINADAS e uma oração PRINCIPAL denomina-se COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO.” Ex.: “O meu André não lhe disse que temos aí um holandês que trouxe material novo?”

³ Nosso propósito não é apresentar um quadro exaustivo, mas ilustrativo, por isso contemplamos somente alguns gramáticos.

<p>KURY (2002, p. 62-63)</p>	<p>“Se todas as orações de um período são independentes, isto é, têm sentido por si mesmas, e poderiam, por isso, constituir cada uma um período, o período se diz COMPOSTO POR COORDENAÇÃO. Ex.: “Aqui estou, aqui vivo, aqui morrerei.” (M. de Assis, MA, 4)”</p>	<p>“O período se diz COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO quando haja nele uma oração PRINCIPAL e uma ou mais SUBORDINADAS, isto é, dependentes dela. Pode também haver orações subordinadas não a uma principal, mas a um vocativo. Ex.: Não permita Deus [que eu morra.]”</p>
<p>LUFT (1978, p. 144 -145)</p>	<p>“Período composto por coordenação: só tem orações independentes (coordenadas).” Ex.: “As saudades me convidam, suspiros me põem a mesa.”</p>	<p>“Período composto por subordinação: tem oração principal e subordinada(s).” Ex.: “Quando um não quer, dois não brigam.”</p>
<p>ROCHA LIMA (1998, p. 260-261)</p>	<p>“A comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações gramaticalmente independentes - eis o que constitui o período composto por coordenação.” Ex.: “As senhoras casadas eram bonitas; porém Sofia primava entre todas.”</p>	<p>“No período composto por subordinação, há uma oração principal, que traz presa a si, como dependente, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal.” Ex.: “É certo que o trem já partiu.”</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nessas conceituações, podemos apontar algumas características que distinguem a coordenação da subordinação como sendo processos de articulação sintática discretos, ou seja, que se opõem um ao outro, embora tal assunção seja passível de discussão, o que será feito mais adiante neste capítulo.

A coordenação, normalmente, é associada à noção de encadeamento de ideias ou orações, em que há paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos. Identidade funcional de elementos

coordenados implica, nesse caso, considerar que as orações são da mesma natureza, categoria ou função. Por isso, as orações que formam o período composto por coordenação têm a mesma estrutura sintático-gramatical. Para se afirmar que as orações coordenadas são autônomas, independentes, é necessário explicitar a natureza desta autonomia/independência, que, nesse caso, é sintática. Portanto, as orações coordenadas são sintaticamente independentes de outras, mas não necessariamente do ponto de vista semântico/pragmático, como se pode observar em (15), em que, separadamente, as orações *Outras formas, literárias ou paraliterárias, ainda se cultivam e possuem reduzida significação* não teriam o mesmo sentido que têm ao serem articuladas por um conector. Assim, estabelece-se uma relação de uma oração com outra a que muitos autores denominam também de parataxe. As orações coordenadas podem ou não se interligar por meio de conectores chamados de conjunções coordenativas, segundo essa perspectiva. No exemplo (15) já comentado, usa-se o *mas*, considerado o conector prototípico para manifestar a relação de contraste.

(15) "*Outras formas, literárias ou paraliterárias, ainda se cultivam, mas possuem reduzida significação*, seja em confronto com aquelas manifestações estéticas, seja quando julgadas isoladamente" (MOISÉS, 2008, p. 39, grifo nosso).

Já a subordinação é associada ao processo de hierarquização de ideias ou orações, envolvendo desigualdade de funções e de valores sintáticos. Estabelece-se, nesse caso, uma relação entre uma oração e um constituinte de outra oração, já que as orações subordinadas exercem função sintática em outra ou em um constituinte dentro dela. Por isso, afirma-se que as orações subordinadas são sintaticamente dependentes de outras ou de um de seus constituintes. As orações subordinadas também podem ou não se interligar por meio de conectores denominados de conjunções subordinativas.

Os exemplos que são utilizados pelos gramáticos (cf. quadro 1) ilustram os tipos de orações coordenadas e os tipos de subordinadas. No caso das coordenadas, estas são subdivididas em sindéticas, se há conector separando-as umas das outras, e assindéticas se não há conector separando-as. No caso das subordinadas, dependendo da função sintática que exercerem na outra oração ou constituinte de que dependem sintaticamente, serão substantivas, adjetivas ou adverbiais.

Observando o período extraído de Bechara (1987, p. 218-219), “Ouve e obedece aos teus superiores.” (cf. quadro 1), identificamos uma oração coordenada assindética “Ouve” e uma coordenada sindética aditiva “e obedece aos teus superiores”. As orações coordenadas do período em análise formam uma sequência de ações, e as orações que indicam o desenrolar destas ações no tempo se separam uma da outra por meio da conjunção coordenativa aditiva “e”. A enumeração das duas orações no período mostra que não há entre elas uma hierarquização sintática, simplesmente, uma ação ocorre depois da outra na estrutura do período, por refletir a ordem de ocorrência dos eventos.

Já em Cunha e Cintra (1985, p. 578-579), o período “O meu André não lhe disse que temos aí um holandês que trouxe material novo?” (cf. quadro 1) constitui-se de uma oração principal “O meu André não lhe disse”, uma subordinada substantiva “que temos aí um holandês” e uma subordinada adjetiva restritiva “que trouxe material novo”. Nesse período, existe uma dependência da segunda oração ao verbo “dizer” da primeira, que é seu predicador, encaixando-se neste constituinte, funcionando como objeto direto dele e, por isso, passível de substituição pela proforma ISTO, que representa a posição do sintagma nominal – SN (que pode ser oracional ou não) – mostrando a relação desta oração com a classe dos substantivos e justificando a caracterização destas como sendo aquelas que podem exercer as funções sintáticas que o substantivo pode exercer. A terceira oração

modifica o SN “holandês” e se comporta à semelhança de um adjetivo que o caracteriza e que funciona como adjunto adnominal deste nome. Os conectores que introduzem estas orações são de natureza distinta – chama-se, ao introdutor das substantivas, de conjunção integrante; e ao das adjetivas, de pronome relativo.

O período retirado de Luft (1978, p. 144 -145), “Quando um não quer, dois não brigam” (cf. quadro 1), tem um comportamento um pouco diferente do anteriormente comentado. Há nele duas orações: a primeira “quando um não quer”, que é a subordinada adverbial temporal; e a segunda “dois não brigam”, que é a principal. Nota-se que a principal vem depois da subordinada, permitindo que se afirme que a dependência desta em relação a ela é de natureza diversa da que vimos entre a substantiva e o sintagma verbal – SV – e a adjetiva em relação ao SN. As adverbiais funcionam como adjuntos adverbiais de uma oração ou de um SV, modificando-o e indicando-lhe circunstâncias, tais como tempo, modo, lugar. Outro aspecto que as torna diferentes das outras subordinadas é a possibilidade de se anteporem à principal, o que demonstra sua mobilidade dentro do período de que fazem parte. Além disso, muitos de seus conectores podem ajudar no estabelecimento de relações semânticas híbridas no contexto, como é o caso de “quando” no exemplo dado, que é polifuncional. Podemos tanto entender que emerge na articulação entre as orações nesse período a nuance temporal, que é a mais prototípica, quanto a de condicionalidade. Assim, poderíamos também interpretá-la como subordinada adverbial condicional.

Como se vê, a subordinação envolve estruturas que não apresentam comportamento homogêneo, mas que são descritas única e exclusivamente pela oposição às coordenadas como sendo dependentes, enquanto aquelas são independentes, desconsiderando as particularidades de cada um desses subgrupos. Também são classificadas mediante a interpretação que tem o conector, do

que decorre a desconsideração de possibilidades distintas de interpretação, bem como de sobreposições interpretativas, a exemplo de *quando* antes comentado, que pode ser temporal-condicional, se assim requisitar o contexto.

Além disso, cumpre esclarecer que, nas gramáticas que analisamos, a coordenação é descrita antes da subordinação. No entanto, propomos aqui uma inversão na exposição destes temas. Abordaremos primeiro a subordinação e depois a coordenação⁴, porque vamos partir do critério mais/menos encaixamento sintático e mais/menos dependência semântica. Assim, primeiro apresentaremos as substantivas, depois as adjetivas e em sequência as adverbiais, por último as coordenadas. Portanto, estamos partindo do pressuposto de que as primeiras são mais integradas sintaticamente que as últimas, que ocupam os extremos que a tradição gramatical adota, mas entre os extremos temos estruturas que não têm os mesmos graus de integração.

A tradição gramatical adota o critério morfossintático para classificar as orações como subordinadas, e as substantivas, como vimos, são assim denominadas porque exercem as funções sintáticas que o substantivo pode desempenhar. Quadros teóricos mais recentes classificam as substantivas considerando não as funções que o substantivo pode exercer, mas critérios sintático-semânticos, que indicam se elas são selecionadas por um predador, isto é, se são argumentos ou se elas não são selecionadas, isto é, se são modificadores.

No primeiro caso, temos as funções sintáticas dos argumentos; no segundo caso, a dos modificadores do SV (adjunto adverbial), do N (adjunto adnominal) ou de todo o SD⁵ (aposto). A conjunção

4 Assim como sinalizado em Carone (2001).

5 Sintagma Determinante (MATEUS *et al.*, 2003; RAPOSO *et al.* 2013).

integrante que as introduz é chamada, no quadro gerativista, de complementizador ou complementador, sendo, por isso, chamadas de completivas (cf. MATEUS *et al.*, 2003); mais recentemente, Raposo *et al.* (2013) preferem classificá-las como argumentais e não argumentais. As completivas podem exercer as funções de sujeito, objeto direto, complemento oblíquo e complemento nominal (se selecionadas); se se comportarem como modificadores do N ou do SD, teremos uma oração com a função de adjunto adnominal (ou especificativa) e de aposto, respectivamente.

Na tradição gramatical, alguns autores incluem entre as orações subordinadas substantivas, introduzidas pela conjunção integrante *que*, as que modificam um nome, tendo, assim, a função de adjunto adnominal. Entre esses gramáticos, podemos citar Luft (1978). Entretanto, na simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e na maioria das gramáticas tradicionais, esse tipo de subordinada desaparece. É inegável, porém, que as subordinadas em (16) se distinguem das subordinadas em (17):

(16)

NETTO

Maria, estou feliz *de poder responder à tua carta*, que recebi quando ainda estava no Paraguai, na frente de combate. É bom saber que as meninas estão com saúde. Não te preocupes por mim. Estou bem. Hoje recebi um bilhete do teu amigo, Mr. Thorton, o embaixador da Inglaterra, desejando que eu me restabeleça. Os ingleses são muito gentis... O embaixador aproveita para lembrar que foi quem nos apresentou, aquela noite, na varanda de tua casa, em Paissandu...

Roteiro "Netto perde sua alma" – Fragmento 2 (grifo nosso).

(17)

Nota baixa para todos

O vazamento do Enem revela que uma quadrilha de amadores foi capaz *de atrapalhar a vida de 4,1 milhões de estudantes*,

prejudicar o novo vestibular dos sonhos do governo e embarçar até a polícia

Ana Aranha

Ninguém saiu ileso. O novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) prometia transformar a educação e gerar um sistema mais justo e transparente para escolher os alunos mais capazes de frequentar as universidades brasileiras. Em vez disso, tornou-se um festival de trapalhadas que lembra um filme de pastelão. Quem conseguir acompanhar a complexa trama que precedeu e se seguiu ao vazamento da prova chegará a uma conclusão implacável: uma quadrilha de amadores atrapalhou a vida de 4,1 bilhões de estudantes, revelou a fragilidade do sistema de segurança das provas, convulsionou o calendário educacional brasileiro e trouxe embaraço para as autoridades – tanto aquelas que sonhavam em criar um novo vestibular mais justo quanto os investigadores da polícia cuja missão é simplesmente prender os culpados.

Fonte: *Época*, 12 de outubro de 2009, p. 44 (grifos nossos).

Em gramáticas mais recentes, elaboradas com base em teorias linguísticas diversas, essa distinção nem sempre é feita, o que ocorre com a gramática de Mateus *et al.* (2003), que considera tanto as estruturas em (16) quanto as estruturas em (17) como completivas de nomes. A antiga distinção é, entretanto, resgatada na *Gramática do Português* (RAPOSO *et al.* 2013). Um argumento a favor da classificação dessas orações como especificativas (ou adjuntivas adnominais) vem da possibilidade de elas poderem se intercambiar com orações introduzidas por um pronome relativo, naturalmente, mantendo a mesma função sintática de adjunto adnominal.

Para completar o quadro das orações substantivas da GT e o das completivas, é necessário acrescentar ainda dois tipos de construções: as orações interrogativas indiretas e as justapostas. As interrogativas indiretas, que exercem sempre a função de objeto direto, podem ser globais ou totais, quando introduzidas pela conjunção integrante/

complementizador *se*, como em (18), ou parciais, *se* introduzidas por um pronome ou advérbio interrogativo, como em (19):

(18) “Jorginho pergunta *se Carminha conhece Rita*”

(<https://globoplay.globo.com/v/1952601/>, grifo nosso).

(19) “Bons dias, sabes *quem veio a me procurar cá à casa?*”

(LISPECTOR, 1998, p. 10, grifo nosso).

As orações justapostas envolvem dois tipos de orações subordinadas que podem parecerse em qualquer marca de subordinação: não são reduzidas e nem introduzidas por complementizador. Esse tipo de organização é conhecido como justaposição por Rocha Lima (1998), por exemplo, que, como os demais gramáticos consultados, não consideram a justaposição um processo sintático distinto da coordenação, como exemplificado antes em (13).

Além das substantivas adjuntivas adnominais propostas por Luft (1978), chama atenção, na GT de Rocha Lima (1998), o caso das completivas relativas, que não são acolhidas pelos demais autores de linha tradicional, como em (20):

(20)

LÓGICA & LINGUAGEM

Alguém já se lembrou *de fazer um estudo sobre a estatística dos provérbios*? Este, por exemplo: “Quem cospe para o céu, na cara lhe cai.” Tal desarranjo sintático faria a antiga análise lógica perder de súbito a razão.

(QUINTANA, Mário. Do Caderno H, Ed. Globo, Porto Alegre, 1973, grifo nosso).

No quadro a seguir, podemos visualizar os rótulos pelos quais as orações subordinadas são designadas na tradição gramatical e em Mateus *et al.* (2003). Dividimos o quadro em três colunas: na primeira, elencamos os rótulos utilizados nas gramáticas que seguem a NGB; na segunda, escolhemos Rocha Lima (1998) para ilustrar classificações

tradicionais que diferem da adotada pela NGB; na terceira, uma gramática gerativista, representando teorias linguísticas mais recentes.

Quadro 02 – Rótulos atribuídos às orações subordinadas

GT (NGB)	GT (ROCHA LIMA, 1998)	Mateus et al. (2003)
SUBSTANTIVAS a) subjetiva b) predicativa c) objetiva direta d) objetiva indireta e) completiva nominal f) apositiva	SUBSTANTIVAS a) subjetiva b) predicativa c) objetiva direta d) completiva relativa e) completiva nominal f) apositiva	SUBORDINAÇÃO COMPLETIVA a) verbal (em SN e em SV) b) adjetival c) nominal
ADJETIVAS a) restritivas b) explicativas	ADJETIVAS a) restritivas b) explicativas	SUBORDINAÇÃO RELATIVA a) restritiva b) apositiva
ADVERBIAIS a) causais b) condicionais c) concessivas d) finais e) temporais f) conformativas g) comparativas h) consecutivas i) proporcionais	ADVERBIAIS a) causais b) condicionais c) concessivas d) finais e) temporais f) conformativas g) comparativas h) consecutivas i) proporcionais j) modais	SUBORDINAÇÃO ADVERBIAL (orações condicionais, causais, finais, concessivas e temporais)
-	-	Construções de graduação e comparação (orações comparativas, consecutivas, conformativas e proporcionais)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pelo exposto, observa-se que os quatro problemas que elencamos na introdução não têm espaço nas discussões gramaticais. Assim, entram em cena diversas linhas teóricas que se propõem a

explicar fatos linguísticos como esses. Entre essas teorias, destacamos o Funcionalismo, cujos pressupostos têm norteado este capítulo, na busca de dar conta dos mecanismos efetivamente observados no uso linguístico. Vejamos, então, o tratamento funcionalista ao tema da articulação de orações.

A PROPOSTA FUNCIONALISTA

Como vimos, as gramáticas tradicionais valem-se do critério *dependência* para classificar as orações em coordenadas e subordinadas. Entretanto, diversas correntes de estudo em Linguística propõem a revisão desse critério, integrando novas abordagens. Nesta seção, partindo de uma abordagem funcionalista, apresentaremos outro olhar sobre o fenômeno de articulação de orações, com base em autores como Haiman; Thompson (1984), Halliday (1985), Lehmann (1988) e Hopper; Traugott (2003), além de, no que diz respeito ao português, Abreu (1997), Gonçalves (2012) e Decat (2014)⁶.

Em Haiman; Thompson (1984), discute-se que o rótulo *subordinação* levanta diversos questionamentos, porque não é bem definido e apresenta critérios inconsistentes ou muito restritos a uma língua em particular. Assim sendo, os autores apresentam uma lista não exaustiva de propriedades formais independentes associadas à subordinação: identidade de sujeito, tempo ou modo entre as duas cláusulas⁷; redução de uma das cláusulas; incorporação sinalizada gramaticalmente de uma das cláusulas; ligação entonacional entre as duas cláusulas; uma cláusula dentro do escopo da outra; ausência de

6 Para uma síntese de outras propostas funcionalistas de articulação de orações, cf. Carvalho (2004).
7 Normalmente, a nomenclatura cláusula é empregada como equivalente à oração, mas não o é necessariamente na teoria funcionalista, já que pode significar ainda uma unidade informacional sem a presença de verbo, núcleo da oração.

iconicidade temporal entre as duas cláusulas e identidade de ato de fala entre as duas cláusulas.

Abreu (1997), aplicando os seis primeiros critérios de Haiman; Thompson (1984) ao português, mostra que as subordinadas prototípicas são as substantivas, e entre elas, as subjetivas, ao contrário das apositivas, mais distantes do protótipo de substantiva. Distribuindo as orações tradicionais em uma escala de prototipicidade, o autor as ordena da seguinte maneira: sub. subst. Subjetiva, sub. subst. Objetiva direta, sub. subst. Objetiva indireta, sub. adv. Modal, sub. subst. Completiva nominal, sub. subst. Predicativa, sub. subst. Apositiva “*fact sentences*”, sub. adj. Restritiva, sub. adv. Causal, sub. adv. Condicional, sub. adv. Concessiva, sub. adv. Final, sub. adv. Temporal, sub. adj. Explicativa, sub. adv. Comparativa, sub. adv. Proporcional, sub. subst.. Apositiva típica, sub. adv. Consecutiva, coord. Alternativa, coord. Explicativa, coord. Aditiva, coord. Adversativa e coord. Conclusiva.

Halliday (1985) distingue os sistemas básicos de graus de interdependência/taxis e relações lógico-semânticas como determinantes da relação entre orações. No primeiro eixo, há parataxe (relação de mesmo nível entre elementos) e hipotaxe (relação dependente-dominante). No eixo das relações lógico-semânticas, as relações podem envolver expansão (por elaboração, extensão ou realce) ou projeção (cláusula projetada em outra, instituindo locução ou ideia). Em Neves (2006), há uma síntese dessa proposta:

Quadro 03 – O complexo frasal no subsistema de expansão

		EIXO TÁTICO	INTERDEPENDÊNCIA
		Parataxe (ou: continuação) - As orações são elementos livres (cada uma é um todo funcional). - A segunda oração faz a expansão (ordem fixa).	Hipotaxe (ou: dominação) - Uma oração domina/modifica a outra (há dependência). - A oração dominante é livre, a dependente, não.
EIXO SEMÂNTICO-FUNCIONAL	Expansão	Elaboração =	- coordenadas assindéticas* - justapostas
		Extensão +	- coordenadas sindéticas** (aditivas, alternativas, etc.)
		Realce X	- falsas coordenadas*** (com matriz circunstancial: conclusivas, etc.)
	Projeção -----		
			- hipotáticas de adição
			- adverbiais

* eneárias e com mobilidade.

** binárias e com pouca/sem mobilidade.

***coordenadas indicando circunstância (semelhante às adverbiais).

Fonte: Extraído de Neves (2006, p. 232-233).

Na proposta de Lehmann (1988), há uma distinção entre subordinação (hipotaxe e encaixamento) e parataxe. A subordinação, segundo o autor, seria formalmente descrita por uma construção endocêntrica Z, em que X é subordinado a Y, tendo, este último, valor de principal. Em sua proposta, a hipotaxe seria subordinação em sentido restrito, o encaixamento estaria relacionado a uma dependência sintagmática, e a parataxe associar-se-ia à coordenação.

A partir de três pares de parâmetros (autonomia *versus* integração, expansão *versus* redução e isolamento *versus* ligação), o autor chega aos seguintes *continua* de articulação de orações:

Quadro 04 – Paralelismo dos *continua* de ligação de cláusulas

Elaboração	←	→	Compressão
Fraco Parataxe	Degradação da cláusula subordinada		Forte Encaixamento
Alto Sentença	Nível sintático		Baixo Palavra
Fraco Cláusula	Dessentencialização		Forte Nome
Fraco Verbo lexical	Gramaticalização do predicado principal		Forte Afixo gramatical
Fraco Cláusulas disjuntas	Entrelaçamento		Forte Cláusulas sobrepostas
Máximo Sindético	Explicitude da ligação		Mínimo Assindético

Fonte: Extraído de Cavalcante (2020, p. 59), adaptado de Lehmann (1988, p. 217).

Esses parâmetros não estão dissociados, mas se integram, implicando-se mutuamente. Nessa proposta, as cláusulas distribuem-se em um *continuum* de articulação, partindo desde um eixo em que há maior independência a outro de maior integração, ao ponto de uma cláusula ser constituinte de outra.

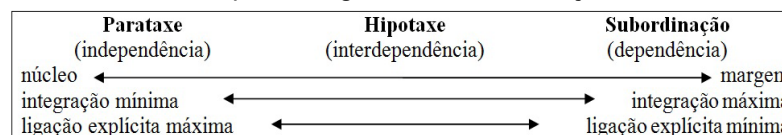
Em Hopper; Traugott (2003), há uma distribuição em *continuum* entre parataxe, hipotaxe e subordinação, a partir dos critérios de dependência, encaixamento, grau de nuclearidade/marginalidade, integração e ligação:

Quadro 05 – *Continuum* da combinação de cláusulas

	Parataxe	>	Hipotaxe	>	Subordinação
[Dependência]	-		+		+
[Encaixamento]	-		-		+

Fonte: Cavalcante (2020, p. 60), adaptado de Hopper; Traugott (2003, p. 178).

Quadro 06 – Propriedades gradientes da combinação de cláusulas



Fonte: Cavalcante (2020, p. 60), adaptado de Hopper; Traugott (2003, p. 179).

Nessa perspectiva de análise, a parataxe engloba as estruturas de maior independência mútua, a subordinação estrita pressupõe maior dependência, enquanto as estruturas hipotáticas caminham entre os dois polos, dependentes (semântico-pragmaticamente), mas não encaixadas a seu núcleo. Analisando o português pelo viés dessa leitura, Gonçalves (2012) distribui as coordenadas e justapostas no eixo da parataxe; as adverbiais e as apositivas, na hipotaxe; e as substantivas e adjetivas restritivas na subordinação propriamente dita.

Além das propostas de aplicação dos pressupostos funcionalistas ao português que apresentamos, também destacamos a de Decat (2014), que, valendo-se principalmente do conceito de unidade informacional (ou *idea unit* – CHAFE, 1980) e das propostas de Mann e Thompson (1983, 1988), apresenta outra alternativa à análise das cláusulas em português. Para a autora,

uma unidade informacional contém, na visão de Chafe, toda a informação que pode ser ‘manipulada’ pelo falante num único foco de *consciousness*, ou seja, há um limite quanto à quantidade de informação que a atenção do usuário da língua pode focalizar de uma única vez; em outras palavras, a unidade informacional expressa o que está na memória de curto termo e pode conter por volta de sete palavras. (...). A unidade informacional pode ser, segundo Chafe (1985), expandida de várias maneiras. Dentre os mecanismos de expansão estão, por exemplo, as orações complemento (ou orações completivas) e as orações relativas restritivas (DECAT, 2014, p. 128).

Decat (2014), retomando a teoria da RST (*Rhetorical Structure Theory*) desenvolvida principalmente em Mann; Thompson (1983,

1988), explica que, para os autores, há duas unidades: *núcleo* (portador de informação básica) e *satélite* (caracterizado por conter “informação adicional, subsidiária ao núcleo” (DECAT, 2014, p. 129)). Assim, os textos seriam organizados em torno de relações do tipo núcleo-satélite e relações multinucleares. Decat (2014), nesse sentido, argumenta que a subordinação tradicional pode ser reclassificada

sob uma ótica funcionalista, separando, por um lado, as orações que mantêm um vínculo estrutural mais forte com outra, que é sua matriz, num ambiente sintático de “soldadura”. Enquadram-se, nesse tipo, as orações subordinadas substantivas e a oração relativa restritiva. Num outro campo de categorização estariam as orações subordinadas adverbiais e a oração relativa apositiva (ou não restritiva), caracterizadas por seu grau mais frouxo de interdependência, constituindo uma “segmentação”, um satélite que fornece informação subsidiária para uma oração núcleo, por força de sua materialização como uma unidade informacional à parte (DECAT, 2014, p. 132).

Analizadas as discussões funcionalistas que propõem uma alternativa ao binômio clássico coordenação/subordinação, na divisão parataxe, hipotaxe e subordinação, vejamos como os fenômenos de correlação, justaposição e desgarramento, não contemplados nas gramáticas tradicionais, tomam lugar no âmbito dos estudos de articulação de cláusulas.

CORRELAÇÃO, JUSTAPOSIÇÃO E DESGARRAMENTO: PROCESSOS DISTINTOS DA PARATAXE, HIPOTAXE E SUBORDINAÇÃO?

Como mencionado, correlação, justaposição e desgarramento não recebem tratamento como processos sintáticos sob a ótica gramatical clássica. Sendo fenômenos efetivamente observados no

uso cotidiano do sistema da língua, interessam à corrente funcionalista e, por isso, serão abordados aqui.

Correlação

Muitos estudos ainda desconsideram a correlação, relação de interdependência entre orações, proposta por Oiticica (1942; 1952), como processo sintático tal como o são a subordinação e a coordenação. Com base nesse autor e resgatando os trabalhos de Rodrigues (2001, 2007, 2014), explicitaremos, nesta seção, os tipos de cláusulas correlatas existentes em português.

Bechara (1992, p. 106), por exemplo, não adota a proposta de Oiticica (1942, 1952), pois coordenação e subordinação referem-se ao valor sintático de dependência e independência das orações, enquanto correlação e justaposição referem-se à ligação que as orações estabelecem entre si.

Conforme destaca Azeredo (1979),

poucos gramáticos brasileiros, entre os quais José Oiticica⁸, têm identificado na correlação e na justaposição⁹ processos de estruturação sintática distintos da subordinação e da coordenação. A maioria entende que aqueles processos servem apenas para materializar certas relações fundamentalmente coordenativas ou subordinativas (AZEREDO, 1979, p. 01).

Camara Jr. (1985), assim como Bechara (1992) e outros gramáticos, ratifica e ilustra o comentário de Azeredo (1979) supracitado. Segundo o linguista, a correlação é uma

8 Segundo Oiticica (1942, 1952), nem todas as orações subordinadas são adjuntos; para ele, consecutivas e comparativas são correlatas. Não é por acaso, então, que o autor divide as orações em coordenadas, subordinadas, correlatas e justapostas.

9 Nascentes (1959), por exemplo, observa que há autores que consideram a oração justaposta como simples adjunto adverbial, sem formar oração à parte. Para o autor, a correlação é uma "coordenação simétrica"; e a justaposição, "mero caso de gramaticalização".

construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita Prótase, prepara a enunciação de outra, dita Apódose. A correlação se estabelece – a) por coordenação, ou b) por subordinação, conforme o conectivo utilizado e a noção de sequência ou de sintagma, respectivamente, que daí decorre (...) (CAMARA JR, 1985, p. 87).

Ainda, segundo o autor, a construção condicional, em português, é uma correlação de subordinação; da mesma sorte o é a comparação de grau e o símile.¹⁰

Pauliukonis (1995) endossa a tese já preconizada por Oiticica (1942, 1952) de que a correlação, como processo estruturador da sentença, situa-se em um nível diferente do da coordenação e da subordinação, já que esta autora reconhece que a força argumentativa do enunciado correlativo provém da tensão provocada pelo enlace correlato de dois termos.

Cunha (1990, p. 539) e Cunha e Cintra (1985, p. 572) também ressaltam esse aspecto: “saliente-se que as comparativas e consecutivas (e às vezes as proporcionais) introduzem orações subordinadas adverbiais, mas vêm geralmente correlacionadas com um termo da oração principal” (cf. CUNHA; CINTRA, 1985, p. 572).

A análise do período “César lê mais, que escreve”, além de servir para demonstrar a proposta de Oiticica (1952, p. 34-5), exemplifica em parte o comentário supracitado: “impossível prender a segunda oração diretamente a algum verbo como ocorre na subordinação das

¹⁰ Camara Jr. (1985, p. 75) assim define comparação: “termo que em gramática descritiva define uma construção sintática de dois membros, em que um é posto em cotejo com o outro. Estabelece-se assim um sintagma comparativo, em que ao determinado corresponde o comparado e ao determinante, o comparante. A comparação pode ser assimilativa ou símile, ou introduzir a categoria de grau explícito. Esta comparação gradativa é que tem em sentido estrito o nome de “comparação” em gramática descritiva. Sobre a símile, diz o linguista: é a comparação assimilativa, em que numa enunciação linguística se põe em cotejo formas de significação diversa: A é como B, A parece B, A dir-se-ia B” (Cf. CAMARA JR., 1985, p. 220).

substantivas e adverbiais, ou a um substantivo qual sucede com as adjetivas. A segunda oração apoia-se exclusivamente no intensivo *mais*”.

Módolo (1999) considera que Oiticica (1952) parte de uma perspectiva funcional da sintaxe: foi um funcionalista “*avant la lettre*”, já que seu livro *Teoria da Correlação* foi publicado na década de 50, bem antes de o Funcionalismo ter se projetado como corrente linguística. Módolo (1999), assim como Pauliukonis (1995), ressalta a preocupação de Oiticica (1952) com o componente semântico, um dos pilares de sua argumentação sobre a correlação oracional.

Um dos aspectos mais importantes que a teoria funcionalista sustenta é o de que a estrutura existe tendo em vista a necessidade de cumprir certas funções. Segundo esse ponto de vista,

a linha mestra para entender a correlação é perceber que, em primeiro lugar, as orações se correlacionam funcionalmente, resultando depois uma disposição sintática, em que um termo da primeira oração encadeia-se com outro termo da segunda oração. Essa parece ser a posição de Oiticica (MÓDOLO, 1999, p. 7).

Rodrigues (2001, 2007, 2014), à luz da proposta de Oiticica (1942, 1952) e dos trabalhos antes mencionados, ratifica o pressuposto de que a correlação é um processo sintático em que uma cláusula estabelece uma relação de interdependência com a outra no nível estrutural. Tal correlação tem sua conexão materializada por elementos formais, expressões que compõem um par correlativo, estando cada um de seus componentes em cláusulas diferentes. Segundo a autora, há, em Língua Portuguesa, a correlação aditiva, a correlação alternativa, a correlação comparativa, a correlação proporcional e a correlação consecutiva. Sendo assim, explicitamos a seguir os tipos de orações correlatas existentes em português:

1. Correlata aditiva: as orações correlatas aditivas sinalizam um acréscimo de ideias, uma soma. Com essas estruturas, o usuário da língua propõe-se a apresentar mais de uma informação em torno de um mesmo tópico. Segundo Rodrigues (2014), esse padrão é introduzido “pelos pares correlatos *não só...como, não apenas...como, tanto...como, não apenas...mas também, tão... como* etc. Como exemplo, temos (21), em que, após ser tentado pelo diabo com o argumento de que deveria transformar pedras em pães, Jesus o rebate, mostrando que o homem precisa de pão para viver, mas acrescenta uma ideia nova no segundo par correlato: o fato de que a palavra de Deus também é necessária à vida humana.

(21)

¹ Então foi conduzido Jesus pelo Espírito ao deserto, para ser tentado pelo diabo.

² E, tendo jejuado quarenta dias e quarenta noites, depois teve fome;

³ E, chegando-se a ele o tentador, disse: Se tu és o Filho de Deus, manda que estas pedras se tornem em pães.

⁴ Ele, porém, respondendo, disse: Está escrito: *Nem só de pão viverá o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus.* (Mateus 4: 1-4 – Bíblia Sagrada, versão Almeida Corrigida Fiel, grifo nosso).

2. Correlata alternativa: segundo Rodrigues (2014), nas correlativas alternativas (ou disjuntivas) há uma separação de ideias, em que uma exclui a outra. Essas construções costumam vir introduzidas “pelos pares correlativos *nem... nem, ora... ora, seja... seja* etc.” (RODRIGUES, 2014, p. 134). Em (22), dois fatos apresentados são negados, em disjunção de ideias. Trata-se de duas possibilidades negadas, porque nem um argumento (a economia estar muito bem) nem o outro (a economia estar muito ruim) podem ser defendidos com precisão:

(22)

A verdade é que *nem* a economia brasileira estava tão bem nos tempos de euforia, *nem* está tão ruim agora, apesar de tudo.

(Revista Veja on-line, ed. 01/01/2014, extraído de OLIVEIRA, 2016, p. 71, grifos da autora).

3. Correlata comparativa: com base em Rodrigues (2001, 2007, 2014), uma cláusula comparativa correlata se constitui de duas partes: a primeira, ou comparado¹¹, que contrasta com a segunda, ou comparante, mantendo-se entre elas uma relação de interdependência sintática denominada correlação. Na primeira parte da comparação, encontram-se introdutores do tipo *mais*, *menos*, *tanto...*, e na segunda, *que*, *de*, *(como)*. É o que podemos verificar na postagem a seguir em que temos o comparado “mais vale um convite pra um café” e o comparante “do que todas as fotos que você curte”. Além disso, temos, na primeira oração, o intensificador “mais” e na segunda, “do que”.

(23)



(Fonte: Facebook).

4. Correlata proporcional: a oração proporcional correlata caracteriza-se pela expressão de um fato cuja ocorrência, aumento ou diminuição, está na mesma proporção daquele que

¹¹ Os termos *comparado* e *comparante* estão sendo adotados com base em García (1994, p. 215).

se enuncia na primeira oração. Os conectores mais frequentes nesse caso são à *medida que*, à *proporção que*, *ao passo que*, *(tanto mais)...quanto mais*, *(tanto mais)...quanto menos*, *(tanto menos)...quanto mais*, *(tanto mais)...menos*. Na postagem a seguir, a primeira parte é introduzida por “quanto mais” – “quanto mais sou nordestino” – e a segunda por “mais” – “mais tenho orgulho de ser”, mostrando uma gradação do sentimento expresso – o orgulho.

(24)

**MEU OBRIGADO AO DESTINO.
QUANTO MAIS SOU NORDESTINO,
MAIS TENHO ORGULHO DE SER.**

(BRAULIO BESSA)



DIA DO NORDESTINO - 8 DE OUTUBRO

UMA HOMENAGEM DA REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO



(Fonte: Facebook).

5. Correlata consecutiva: as cláusulas consecutivas podem exprimir “o resultado que a declaração feita na principal vem desencadear” (cf. ROCHA LIMA, 2003, p. 281), mas também podem evidenciar inferências, conclusões, comentários do falante em relação ao que foi exposto na oração antecedente (cf. RODRIGUES; SANTOS, 2015, p. 21). Normalmente, os pares correlatos consecutivos *tanto...que*, *tal...que*, *tão...que* etc. são os mais frequentes. Na postagem a seguir, identificamos o uso de *tanto...que* e, novamente, temos duas orações – a primeira “todo mundo já passou por algo que nos modificou tanto”, que

representa a declaração/causa, e a segunda – “que não foi mais possível voltar”, que representa o comentário/consequência da afirmativa antes feita.

(25)



(Fonte: Facebook).

Justaposição

Rodrigues e Dias (2010), com base na análise das gramáticas tradicionais de Bechara (1992), Cunha e Cintra (1985), Kury (2002), Luft (2002) e Rocha Lima (1998), constataram que a justaposição é associada (1) à coordenação, mais especificamente, às coordenadas assindéticas, (2) aos casos de algumas orações substantivas que não são introduzidas por conjunções integrantes como prescreve a tradição gramatical, (3) aos casos de orações que não estão nem na forma desenvolvida nem na reduzida. Portanto, como uma variante formal no âmbito do período composto por coordenação ou por subordinação. Além de Oiticica (1942, 1952), Ney (1955) dá à justaposição *status* de processo sintático. Assim, segundo o autor, há períodos compostos por justaposição.

Ney (1955, p. 62), afirma que “na *justaposição* há declaratividade total, sem conectivo; mas as orações não são independentes no sentido”. Exemplifiquemos a assertiva do autor, com base no texto a seguir:

(26)

BIOGRAFIA

Era um grande nome – ora que dúvida! Uma verdadeira glória.
Um dia adoeceu, morreu, virou nome de rua... E continuaram a pisar em cima dele.

(QUINTANA, Mário. *Do Caderno H*, Ed. Globo, Porto Alegre, 1973).

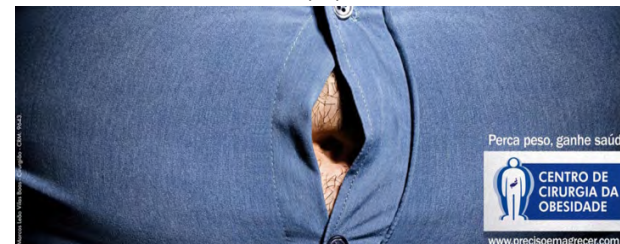
As três orações destacadas em negrito – “um dia adoeceu”, “morreu”, “virou nome de rua” – formam, segundo a perspectiva tradicional, um período composto por coordenação, já que elas têm independência sintática. Além disso, elas não são separadas umas das outras por conjunção coordenativa, sendo, portanto, classificadas como coordenadas assindéticas. Aplicando a definição de Ney (1955), supramencionada, ao período em análise, verificamos que há duas propriedades que o aproximam do período composto por justaposição – a ausência de conector e o fato de haver nas orações que o formam uma “declaratividade total”, ou seja, não são as partes separadamente que interessam, mas a informação do período como um todo. Tal aspecto distingue a proposta deste autor da que vimos antes, porque as orações não têm autonomia de sentido. Em *Biografia*, conforme nosso conhecimento partilhado de mundo, normalmente as pessoas viram nome de rua depois de morrerem. Portanto, apresenta-se, no texto, uma sequência de ações que seguem uma ordem preestabelecida.

Com base neste aspecto diferenciador da coordenação e da justaposição de Ney (1955), Rodrigues e Dias (2010), adotando a visão funcionalista, optam por considerar a justaposição um processo sintático de articulação de cláusulas em que há uma relação inferencial entre seus núcleos. Isso equivale a dizer que a relação entre as cláusulas

justapostas é explicitada sem conectores, constituindo uma relação entre duas ou mais cláusulas próximas umas às outras, cuja relação semântica é dada por inferência (cf. HOPPER; TRAUGOTT, 2003).

Rodrigues e Gonçalves (2015), analisando propagandas publicitárias e dando a elas tratamento prosódico, ratificaram algumas considerações de Rodrigues e Dias (2010). As autoras verificaram que as cláusulas justapostas se caracterizam pela interdependência semântica, por não serem introduzidas por conector, por não possuírem pausa significativa entre si, por possuírem uma entoação ascendente e por serem mais dependentes semanticamente umas das outras. Já as propagandas coordenadas se caracterizam por uma independência sintática e semântica, por poderem ou não ser introduzidas por conector, por possuírem pausa significativa entre as cláusulas e por serem menos dependentes semanticamente, apresentando, portanto, uma entoação descendente (cf. GONÇALVES, 2017). Vejamos mais um exemplo:

(27)



(Fonte: GONÇALVES, 2017, p. 64).

Na propaganda do *Centro de Cirurgia da Obesidade*, há um período composto por justaposição em que emergem proposições relacionais ou conteúdos semânticos que podem ser inferidos da articulação das cláusulas que o formam. Assim, podemos inferir as seguintes relações semânticas no contexto: *[Porque/visto que] perde peso, ganha saúde* ou *[À medida que/se/quando] perde peso, ganha*

saúde. Portanto, se adotássemos a visão tradicional, tais relações deixariam de ser consideradas na análise, porque simplesmente nesta perspectiva só se priorizam as relações semânticas quando as cláusulas são interligadas por meio de conectores.

Desgarramento

Na síntese gramatical que fizemos no quadro 1, percebemos que, nas relações de subordinação, sempre se pressupõem, no mínimo, duas orações. Essas inferências emergem nas explicações de que precisa haver uma principal e uma subordinada (LUFT, 1978; CUNHA; CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 1998; KURY, 2002) materializadas cotextualmente e/ou quando os gramáticos mostram que uma oração funciona, de maneira dependente, como termo da outra (BECHARA, 1987; ROCHA LIMA, 1998). No entanto, o uso real da língua apresenta casos de subordinação que fogem a essa descrição:

(28)

Foi nos velhos tempos. Quando Zé Ramos Filho formava zaga com o Glagê no Terrestre. Priscas eras, diria o sempre elegante José Cabral. Idos dos anos 30, ênfase. (Plínio Barreto – Com todo respeito – ESTADO DE MINAS, Caderno Cultura, 24/07/04, p. 2) (DECAT, 2009, p. 1, sublinhado da autora).

(29)

mas realmente então está encerrado... mas gostaríamos demais de mais filhos...embora eu fique quase biruta... (NURC/SP, D2, 360:90-94) (DECAT, 2009, p. 2, sublinhado da autora).

Desde Decat (1999), a pesquisadora divulga resultados da análise de enunciados que, mesmo classificados tradicionalmente como dependentes, são realizados no discurso de forma solta, independente, “desgarrada” da cláusula principal, como ilustram as

cláusulas sublinhadas em (28) e (29). A partir da noção de “unidade de informação”, proposta por Chafe (1980), como vimos, Decat (1999) mostra que essas orações “desgarradas” constituem nova unidade informacional, o que foi confirmado em análise prosódica empreendida por Rodrigues; Silvestre (2017). Nessas estruturas, as pesquisas revelam haver “a existência de pausa entre a cláusula anterior e a cláusula *desgarrada*, fato não observado nos dados em que não há *desgarramento*” (RODRIGUES; SILVESTRE, 2017, p. 234).

A frouxa relação entre cláusulas não encaixadas leva Decat (2011) a postular que as adjetivas explicativas (apositivas) e as adverbiais seriam mais ‘desgarráveis’, tendo em vista seu grau baixo de integração com as nucleares a que se acoplam. Quanto ao desgarramento de completivas, Decat (2011) mostra que essas estruturas estão atreladas à sequenciação parafrástica, fato confirmado e rediscutido em Rodrigues (2019), que analisa casos de completivas desgarradas para além dos contextos de estruturas parafrásticas.

Do ponto de vista pragmático, as desgarradas servem a funções comunicativas, com efeitos relacionados à ênfase, à coesão (DECAT, 1999; 2011), à focalização, à avaliação, à retomada e a adendo (DECAT, 2009; 2011), por exemplo, contribuindo para a argumentação em diversos gêneros textuais (DECAT, 2004).

Decat (2019) mostra que o desgarramento não “se trata de uma estrutura que antes ocorreu ‘presa’, encaixada em outra e que, por decisão de algum tipo, foi ‘transformada’ em outra” (DECAT, 2019, p. 21); pelo contrário “a estrutura desgarrada já é produzida na forma independente, servindo aos objetivos comunicativos do falante (de focalização, de manifestação de expressividade) (DECAT, 2019, p. 21)”. Além disso, esse fenômeno “não tem relação com apagamento, isto é, não decorre de eliminação da oração principal” (DECAT, 2019, p. 22) e não se relaciona à coordenação.

Ampliando o olhar sobre as estruturas desgarradas¹², Silvestre; Rodrigues (2017) propõem a existência de tipos de desgarramento: o cotextual, o contextual e o inerentemente pragmático. No primeiro caso, como em (28) e (29), a oração nuclear ainda é recuperável pelo cotexto; entretanto, há casos como os analisados em Cavalcante; Rodrigues (2018), em que a oração nuclear não está materializada linguisticamente, mas adaptada a outros meios semióticos, como, por exemplo, a uma imagem:

(30)

Quando eu pego alguém tentando
desbloquear meu celular



Fonte: Instagram @instasurreal, extraído de Cavalcante; Rodrigues (2018, p. 520).

Tais reflexões levaram Cavalcante (2018) a adotar uma nova perspectiva: o que, em um viés, pode ser analisado como desgarramento (sintático), em outro, pode ser analisado como “agarramento” (ou dependência semântico-pragmática), situação descrita em Mithun (2008) como mudança/extensão de dependência. Por isso, Cavalcante (2018) propõe que o desgarramento sintático implica “agarramento” pragmático (i) ao cotexto linguístico (com ou sem adaptações), (ii) ao cotexto não linguístico ou (iii) ao contexto comunicativo.

¹² Entre as fontes bibliográficas que reúnem, em formato de livro, estudos sobre o desgarramento, remetemos o leitor às obras de Decat (2011) e Rodrigues (2019).

Como pudemos perceber, os fenômenos efetivamente observados no uso linguístico estão bem aquém das descrições gramaticais. Nas situações reais de interação, os padrões sintáticos, sensivelmente modelados pelos usos, são atualizados e (re)modelados. Usando a analogia de Bybee (2016), percebemos que as línguas naturais humanas, assim como as dunas de areia, são fenômenos tanto estruturados como variáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, propomo-nos a abordar o fenômeno sintático da articulação de orações em perspectiva funcionalista, tendo em vista quatro problemas centrais: (i) a discussão da classificação das orações em coordenadas e subordinadas, pondo em foco principalmente o critério da dependência; (ii) a subdivisão das subordinadas em substantivas, adjetivas e adverbiais, revelando subgrupos bastante heterogêneos; (iii) os valores semânticos múltiplos de conectores e construções oracionais; (iv) as estruturas que não são abrigadas nas descrições tradicionais gramaticais, tais como: correlatas, justapostas e “desgarradas”. Em nossa exposição, dividimos o capítulo em três seções nas quais discorreremos sobre tais questões, além da introdução e destas considerações finais.

Na primeira, apresentamos a abordagem tradicional da sintaxe das orações (LUFT, 1978; CUNHA; CINTRA, 1985; BECHARA, 1987; ROCHA LIMA, 1998; KURY, 2002). Vimos que o principal critério adotado é o de dependência sintática: enquanto as coordenadas são apresentadas como menos dependentes, as subordinadas são vistas como mais dependentes, com apresentação nessa ordem nas gramáticas. Nesta seção, propusemos que a descrição deveria se iniciar pelas subordinadas (substantivas, adjetivas e adverbiais, nessa

ordem), para, em seguida, passar às coordenadas, considerando grau de encaixamento e dependência semântica. Na segunda seção, elucidamos algumas abordagens funcionalistas (HAIMAN; THOMPSON, 1984; HALLIDAY, 1985; LEHMANN, 1988; ABREU, 1997; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; GONÇALVES, 2012; DECAT, 2014) sobre a articulação de orações, com foco na proposta parataxe-hipotaxe-subordinação. Na terceira seção, apresentamos fenômenos que carecem de descrição nas gramáticas tradicionais: a correlação (relação de interdependência entre orações), a justaposição (inferência semântica entre as orações) e o desgarramento (independência de orações subordinadas).

Buscamos ilustrar nossas análises com exemplos extraídos do uso real, vinculando-nos à abordagem funcionalista. Acreditamos que a discussão efetuada neste capítulo pode servir de consulta a estudantes de distintos níveis acadêmicos, motivando-os a buscar novas fontes e empreender novas pesquisas sobre o modo como as orações se combinam nos textos orais/escritos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. Coordenação e subordinação – uma proposta de descrição gramatical. *Alfa*, São Paulo, v. 41, p. 13-37, 1997.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Fala, Amendoeira. 17. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004.

AZEREDO, José Carlos de. *Sobre os processos de estruturação sintática*. Niterói/Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 1979. mimeo.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. 15. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1992.

BLUTEAU, Rafael. *Syntaxe*. In: BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português & Latino*. v. 7. Lisboa Occidental, 1728. p. 821. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/syntaxe>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRAGA, Rubem. *Casa dos Braga* – Memória de infância. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha e Revisão Técnica de Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.

CARVALHO, Cristina dos Santos. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. *Veredas*, Juiz de Fora (MG), v. 8, n. 1-2, p. 9-27, 2004.

CAVALCANTE, Sávio André de Souza. *O desgarramento sintático e o agarramento pragmático de Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2018. (Comunicação oral no III Seminário de Estudos sobre o Português em Uso – PORUS).

CAVALCANTE, Sávio André de Souza. *Efeitos prototípicos da intercalação de Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais no Espanhol mexicano oral*. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal Ceará, Fortaleza, 2020.

CAVALCANTE, Sávio André de Souza; RODRIGUES, Violeta Virginia. A Estrutura Argumental Preferida de Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais desgarradas em memes quando. *Gragoatá*, Niterói, v. 23, n. 46, p. 518-543, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33588>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CHAFE, Wallace L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W. L. (Ed.). *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. edição revista e atualizada de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1990.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Relações adverbiais e gênero do discurso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 28, p. 19-36, jan.-jun. 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636692/4411>. Acesso em: 18 abr. 2020.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1º sem. 1999. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10274>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Orações relativas apositivas: SNs ‘soltos’ como estratégia de focalização e argumentação. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e 2, p. 79-101, jan.-dez. 2004.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Estruturas desgarradas em foco: a função focalizadora de orações em sua ocorrência sem a oração-matriz, no português falado e escrito. *In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN*, 2009, João Pessoa – PB. *ABRALIN 40 ANOS – ANAIS*. João Pessoa – PB: Ideia, 2009. p. 2141-2151.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. *Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. A noção de unidade informacional no tratamento da subordinação. *Veredas atemática*, Juiz de Fora (MG), v. 18, n. 2, p. 123-135, 2014.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. O ‘desgarramento’ como estratégia de focalização em língua portuguesa. *In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE PESQUISA CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES*, 2., 2018, Niterói-RJ. *Anais...* Niterói – RJ: Letras da UFF, 2019. p. 17-34.

DIK, Simon Cornelis. *The theory of functional grammar – Part 1: The structure of the Clause*. 2. ed. rev. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FACUNDO, Matheus. Camilo prorroga decreto de isolamento social no Ceará por mais 15 dias. *O Povo*, Fortaleza, 04 abr. 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/04/04/camilo-prorroga-decreto-de-isolamento-social-no-ceara-por-mais-15-dias.html>. Acesso em: 04 abr. 2020.

GARCÍA, Ángel López. *Gramática del español*. Madrid: Arco/Libros S. L., 1994. 1. La oración compuesta.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

GONÇALVES, Sebastião Carlos. Orações subjetivas e mudança de padrões na história do português. In: SOUZA, E. R. (org.). *Funcionalismo linguístico – Análise e descrição*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 93-118.

GONÇALVES, Adriana Cristina Lopes. *Não é o objeto, é a perspectiva: Justaposição como procedimento sintático. Uma análise sintática, pragmática e prosódica*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2017. p. 143, mimeo. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. Subordination in universal grammar. In: ANNUAL MEETING OF BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 10, 1984, Berkeley. *Proceedings...* Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An introduction to functional grammar*. Australia: Edward Arnold, 1985.

HOPPER, Paul; TRAUOGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. "Sintaxe". In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1751.

ISENÇÃO DE IPVA | PAGUEI QUANDO NÃO DEVERIA. Disponível em: <https://www.despnet.com/ipva-paguei-quando-nao-deveria/>. Acesso em: 04 abr. 2020.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2002.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988. p. 181-225.

LISPECTOR, Clarice. *Laços de família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*. 8. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 15. ed. São Paulo: Globo, 2002.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *A luneta mágica*. Fortaleza: ABC Editora, 2001.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. (orgs.). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

MANN, William; THOMPSON, Sandra A. *Relational propositions in discourse*. California: University of Southern California, 1983.

MANN, William; THOMPSON, Sandra A. Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organization. *Text*, v. 8, n.3, p. 243-281, 1988.

MITHUN, Marianne. The extension of dependency beyond the sentence. *Language*, v. 84, n. 1, p. 69-119, mar. 2008. Disponível em: <http://www.linguistics.ucsb.edu/faculty/mithun/pdfs/Mithun%202008%20Dependency%20beyond%20the%20sentence.pdf>. Acesso em 21 abr. 2020.

MÓDOLO, Marcelo. *Correlação: Estruturalismo versus Funcionalismo*. (Pré) publications: forskning og undervisning. Danmark: Romansk Institut, Aarhus Universitet, 1999.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 35. edição, revista e atualizada. São Paulo: Cultrix, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. Estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, Maria Helena de Moura. (Org.). *Gramática do Português Falado*. Volume VII: Novos estudos. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 351-405.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

NEY, João Luiz. *Guia de análise sintática*. Rio de Janeiro: s. ed., 1955

OITICICA, José. *Manual de análise léxica e sintática*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

OITICICA, José. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

OLIVEIRA, Jovana Mauricio Acosta de. *Análise funcional das construções correlatas Alternativas*. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense – Niterói, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3419/1/Disserta%3%a7%c3%a3o%20-%20Jovana%20-%20vers%c3%a3o%20final%201.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Função argumentativa da correlação. In: CUNHA PEREIRA, Cilene da & DIAS PEREIRA, Paulo Roberto (orgs. e coords.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários In Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995. p. 337-347.

RAPOSO, Eduardo B. P. et al. (orgs.). *Gramática do Português*, vol. II. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

ROCHA LIMA, Carlos H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

RODRIGUES, Violeta Virginia. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* 2001. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

RODRIGUES, Violeta Virginia. Correlação. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues & BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

RODRIGUES, V. V. Em foco a correlação. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 122-139, 2014.

RODRIGUES, V. V. (Org.). *Desgarramento de cláusulas em português: usos e descrição*. São Paulo: Blucher, 2019. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/desgarramento-de-clausulas-em-portugues-usos-e-descricao-1584/ciencias-humanas-e-comunicacao-114>. Acesso em: 21 abr. 2020.

RODRIGUES, V. V. O desgarramento de orações completivas no Facebook. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE PESQUISA CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES, 2., 2018, Niterói-RJ. *Anais...* Niterói – RJ: Letras da UFF, 2019. p. 93-112. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/anaisdocco/article/view/28604>. Acesso em: 21 abr. 2020.

RODRIGUES, V. V.; DIAS, Maria de Lourdes S. Justaposição: processo sintático distinto da coordenação e da subordinação? In: RODRIGUES, V. V. (org.). *Articulação de Orações: pesquisa e ensino*. 1 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, v.1. p. 11-30. ISBN 978-85-87043-92-4.

RODRIGUES, Violeta Virginia; GONÇALVES, Adriana Cristina Lopes. Comprou, levou? Justaposição: procedimento sintático comum em propagandas. *Revista digital do programa de pós graduação em Letras da PUC – RS*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 409-421, jul.-dez. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/20348>. Acesso em: 18 abr. 2020.

RODRIGUES, Violeta Virginia; SANTOS, Evelyn C. M. Orações consecutivas: estruturas de correlação? *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, v. 52, p. 50-72, ago.-dez. 2015.

SILVESTRE, A. P. S.; RODRIGUES, V. V. Desgarramento: um novo olhar. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE PESQUISA CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES, 1., 2016, Niterói-RJ. *Anais...* Niterói – RJ: Letras da UFF, 2017. p. 217-237. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/anaisdocco/article/view/12796>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SOUZA, Maria Suely Crocci. *A Hipotaxe Adverbial Temporal: uma abordagem funcionalista*. 1996. 203 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Araraquara, São Paulo, 1996.